

RELATÓRIO

ABRIL
2026

SERVIÇO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

dos Juizados Especializados de
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
e Familiar contra a Mulher



Serviço Técnico Multidisciplinar

Coordenação

Suelen Marcia Silva Alves

Juíza de Direito Titular do 1.º Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Coordenadora Titular da Cevid-TJRR

Jaime Plá Pujades de Ávila

Juiz de Direito Titular do 2.º Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Coordenador Substituto da Cevid-TJRR

Supervisão

Aurilene Moura Mesquita

Analista Judiciária - Pedagoga
Chefe do Setor de Atividades de Enfrentamento à
Violência contra a Mulher da Cevid-TJRR

Equipe Técnica Multidisciplinar



Equipe Responsável

Catarina Cruz Butel
Analista Judiciária - Assistente Social

Elzania Souza dos Santos
Cedida da União - Assistente Social

Fabiana Moraes Lima
Assessora Técnica - Psicóloga

Márcia Kelly Vasconcelos Holanda Pinheiro
F. Técnica Assessoramento - Assistente Social

Rayssa Helena de Souza Lemos
F. Técnica Especializada - Psicóloga

Sérgio Alberto Nascimento Melo Júnior
Assessor Técnico - Psicologia

Força de Trabalho Auxiliar

Francisca Júlia Costa Rabêlo
Estagiária - Serviço Social

Heloísa Helena do Rosário
Estagiária - Psicologia

Joselene da Silva Castro
Estagiária - Pedagogia

Thamirys Victória Cantanhede
Estagiária - Pedagogia

Apoio Logístico

Luiz Carlos Guedes Farias
Motorista

SUMÁRIO



1. Introdução

- 1.1 Nossos Serviços
- 1.2 Nossos Números

2. Atendimentos Realizados

- 2.1 Acompanhamentos Psicossociais e Pedagógicos
- 2.2 Estudos de Caso
- 2.3 Diligências Técnicas

3. Atividades Operacionais

- 3.1 Contatos Realizados
- 3.2 Notificações Emitidas
- 3.3 Recebimentos e Encaminhamentos

4. Análise dos Dados

- 4.1 Totais Gerais

5. Conclusão

- 5.1 Resultados



1. INTRODUÇÃO

Atuação Interdisciplinar

O Serviço Multidisciplinar dos Juizados de Violência Doméstica presta assessoramento técnico aos(às) magistrados(as), conforme a Lei Maria da Penha e o Manual de Rotina dos Juizados Especializados de Violência Doméstica (CNJ; 2010). A equipe, formada por assistentes sociais, pedagogos(as) e psicólogos(as), atua de forma interdisciplinar, realizando atendimentos psicossociais e educacionais as mulheres, pessoas agressoras e familiares, pautada nos princípios da proteção integral, dignidade humana, não revitimização e responsabilização do autor da violência.

Etapas do Atendimento

As ações do serviço desenvolvem-se em três etapas principais:

1-Notificação: Contato inicial com mulheres em situação de violência, pessoas autoras e familiares.

2-Atendimento: Escuta qualificada, avaliação de risco e orientação sobre direitos, em ambientes seguros e acolhedores.

3-Relatoria: Elaboração de relatórios e pareceres técnicos para subsidiar as decisões judiciais.

Ações Complementares

Além dos atendimentos diretos, o serviço realiza visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de proteção, orientações jurídicas e psicossociais e pedagógicas, participação em campanhas de prevenção e análise de dados processuais, considerando as dinâmicas familiares, os níveis de risco e as situações de vulnerabilidades.

1.2 Nossos Números



Panorama dos dados

A sistematização e o monitoramento dos dados sobre violência doméstica e familiar contra a mulher são essenciais para aprimorar as estratégias da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Roraima (CEVID-TJRR). O Relatório do Serviço Multidisciplinar registra, analisa e dá transparência às ações da equipe técnica dos Juizados Especializados de Violência Doméstica, fortalecendo a atuação institucional.

Dimensão da Violência

O Relatório do Serviço Multidisciplinar tem papel central na identificação da dimensão da violência doméstica em Roraima. Ao reunir dados de atendimentos com base na Lei n.º 11.340/2006, provenientes dos juizados especializados e das comarcas do interior competentes na matéria, o documento revela o alcance do problema, apontando padrões e vulnerabilidades. Mais que um registro, o relatório orienta políticas, protocolos e práticas judiciais, promovendo respostas mais sensíveis e efetivas à complexidade dos casos.

Aprimoramento Institucional

Os dados consolidados fortalecem a atuação do Judiciário ao oferecer subsídios concretos para a formulação de políticas, protocolos e iniciativas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Alinhados à Política Judiciária Nacional, esses indicadores permitem identificar fragilidades, orientar decisões estratégicas e qualificar os fluxos de trabalho dos técnicos da equipe, resultando em ações de atendimento mais integradas, eficientes e adequadas às realidades enfrentadas.

2. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Escuta, acolhimento e vínculo protetivo

São acompanhamentos psicossociais e pedagógicos que constituem a principal frente de atuação da equipe, realizados de forma presencial e remota com mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que obtiveram medidas protetivas. As ações priorizam a escuta qualificada, o acolhimento e o suporte psicossocial, fortalecendo o vínculo de proteção, o monitoramento do risco e o fornecimento de informações relevantes ao processo judicial. Essa abordagem humanizada e integrada à rede de atendimento permite identificar demandas emergenciais, articular o acesso a serviços públicos e promover a autonomia das mulheres, favorecendo a ruptura da violência.

Período	Nº de Processos (Demandas)	Nº de Atendimento	Nº de Encaminhamentos
1 a 30/4/2026	169	188	91

De 1º a 30 de abril de 2026, foram recebidos 169 processos para acompanhamento, número inferior aos 211 registrados em março, indicando redução do volume da demanda. Foram contabilizados 188 atendimentos, quantitativo praticamente estável em relação aos 189 realizados no mês anterior, evidenciando manutenção na regularidade das ações de acompanhamento psicossocial e pedagógico pela Equipe.

Foram contabilizados 91 encaminhamentos, número superior aos 74 realizados em março, evidenciando ampliação das articulações com a rede de apoio. De forma geral, abril caracterizou-se pela manutenção da atuação técnica especializada, com estabilidade nos atendimentos e ampliação do suporte prestado aos usuários acompanhados pelo Serviço Multidisciplinar.

2.2 Estudos de Caso



Avaliação técnica aprofundada

Os estudos de casos em matéria de violência doméstica e familiar contra mulher envolvem avaliações técnicas aprofundadas, fundamentadas em referenciais teóricos e protocolos especializados voltados ao enfrentamento da violência de gênero. Esses estudos requerem análise detalhada dos fatores psicossociais, relacionais e contextuais que permeiam o conflito, abrangendo a identificação de situações de risco, vulnerabilidades e redes de apoio disponíveis. Consideram ainda a interseccionalidade dos impactos da violência e a proteção integral da vítima, de modo a oferecer subsídios técnicos qualificados e humanizados para a adequada tomada de decisão judicial.

Período	Demandas Judiciais	Ações Realizadas (notificações, atendimentos, visitas)	Resultados (relatórios, certidões)	Nº de Encaminhamentos
1ª 30/4/2026	18	63	20	0

De 1º a 30 de abril de 2026, foram registradas 18 demandas judiciais, número próximo às 19 verificadas em março. Essas demandas geraram 63 ações técnicas, quantitativo um pouco superior às 59 realizadas no mês anterior, evidenciando continuidade e intensificação das atividades no acompanhamento dos casos. Quanto aos resultados, foram produzidos 20 documentos técnicos, número ligeiramente inferior aos 22 registrados em março. Não houve encaminhamentos no período, diferentemente dos 9 realizados no mês anterior.

De modo geral, abril de 2026 caracterizou-se pela manutenção do volume de demandas e ampliação das ações técnicas realizadas, demonstrando continuidade da atuação integrada do Serviço Técnico Multidisciplinar.

2.3 Diligências Técnicas



Verificação de demandas específicas

As diligências técnicas são realizadas mediante determinação judicial, como a finalidade de apurar situações pontuais relacionadas aos processos em curso. Consistem, principalmente, em visitas domiciliares, contatos com a rede de proteção e escutas direcionadas às partes envolvidas. Essas ações têm como foco a coleta de informações objetivas e atualizadas, posteriormente consolidadas em relatórios ou certidões circunstanciadas, que subsidiam o juízo na compreensão da realidade vivenciada pelas vítimas. Destacam-se pela agilidade na execução e relevância técnica das informações produzidas, sobretudo em casos urgentes que demandam pronta e qualificada atuação judicial.

Período	Demandas Judiciais	Ações Realizadas (notificações, atendimentos, visitas)	Resultados (relatórios, certidões)	Nº de Encaminhamentos
1ª 30/4/2026	38	73	27	5

De 1º a 30 de abril de 2026, foram registradas 38 demandas judiciais para realização de diligências técnicas, número ligeiramente inferior às 42 observadas em março. Em contrapartida, foram realizadas 73 ações técnicas, quantitativo significativamente superior às 49 do mês anterior, evidenciando intensificação das atividades de notificações, atendimentos e visitas realizadas pelo Setor. Quanto aos resultados, foram produzidos 27 documentos técnicos, frente aos 17 registrados em março, demonstrando aumento da produção.

Os encaminhamentos contabilizaram 5 registros, número superior aos 2 do mês anterior, indicando maior acionamento da rede de apoio e fortalecimento da articulação institucional. De modo geral, abril caracterizou-se pela manutenção de volume expressivo de demandas, associada ao aumento das ações realizadas, da produção técnica e dos encaminhamentos, refletindo continuidade e fortalecimento da atuação interventiva do serviço no período.

3.1 Contatos Realizados

3. ATIVIDADES OPERACIONAIS



Viabilização dos atendimentos

Os contatos realizados pela equipe técnica constituem etapa fundamental para a viabilização dos atendimentos e das providências determinadas judicialmente, assegurando a comunicação adequada com vítimas e demais envolvidos nos processos. Por meio desses contatos, a equipe promove a continuidade do acompanhamento psicossocial, a execução das diligências e a organização das intervenções técnicas, contribuindo para maior celeridade na tramitação das demandas, reduzindo a necessidade de medidas formais mais onerosas, como notificações documentais.

Contactação (Modalidade)	Acompanha-mentos	Estudos de caso	Diligências	Total
Via aplicativo mensagem	167	31	42	240
Chamada Tel. / via vídeo	2	1	3	6
Na Unidade (CMB e FCr)	6	19	19	44
Visitas Domic./ Institucionais	0	9	3	12
TOTAIS	175	60	67	302

De 1º a 30 de abril de 2026, foram registrados 302 contatos com as partes, número superior aos 286 de março, havendo aumento das atividades operacionais do Serviço. O uso de aplicativos de mensagens permaneceu como principal meio de comunicação, com 240 registros. Os atendimentos totalizaram 44 contatos, quantitativo superior aos 36 do mês anterior.

As visitas domiciliares e institucionais somaram 12 registros, num discreto aumento em relação a março (11), ao passo que as ligações telefônicas e/ou chamadas de vídeo reduziram para 6 contatos (de 11, em março). De forma geral, abril caracterizou-se pela manutenção dos meios digitais, associada ao fortalecimento das interações presenciais e das visitas realizadas pelo Setor.

3.2 Notificações Emitidas



Formalização das convocações

Nos casos em que os contatos prévios não foram bem-sucedidos, a equipe procedeu à emissão de notificações formais, encaminhadas aos endereços constantes nos autos processuais. Esses documentos têm por objetivo convocar as partes para os atendimentos técnicos determinados pelo juízo, garantindo o cumprimento das diligências e o acesso à escuta especializada. A emissão das notificações reforça a formalização dos procedimentos, assegura o direito à informação das partes e preserva a regularidade dos atos processuais. Esse recurso é fundamental para dar ciência inequívoca às partes e demonstrar a diligência do Poder Judiciário no cumprimento de suas determinações.

Período	Convocação (Modalidade)	Acompanha-mentos	Estudos de caso	Diligências	Total
1ª 30/4/2026	Notificação escrita	11	3	6	20

Percentual das notificações

Entre 1º e 30 de abril de 2026, foram emitidas 20 notificações escritas para convocação das partes, número inferior às 26 registradas em março, indicando redução na utilização desse instrumento formal de comunicação. Destas, 11 notificações (55%) referem-se aos acompanhamentos psicossociais, 3 (15%) aos estudos de caso e 6 (30%) às diligências, mantendo-se maior concentração nas atividades de acompanhamento, com participação relevante das diligências.

Em comparação ao mês anterior, observa-se diminuição quantitativa das notificações emitidas, porém com manutenção da distribuição entre as diferentes frentes de atuação do Serviço Técnico Multidisciplinar. De forma geral, abril caracterizou-se pela continuidade da utilização das notificações escritas como importante instrumento complementar de formalização e convocação das partes, associado aos meios digitais e aos contatos diretos empregados pelo Setor.

3.3 Recebimentos e Encaminhamentos

Organização e fluxo interno das demandas

O desenvolvimento das atividades técnicas da Equipe Técnica Multiprofissional demanda diversas outras atividades, de cunho operacional, para a articulação, interna e externa, na Cevd e com a Rede de Atendimento, necessária para a execução dos acompanhamentos psicossociais, estudos de caso e diligências. O processo envolve o recebimento das demandas judiciais, a triagem inicial, a distribuição entre os profissionais, os expedientes, registros administrativos e a emissão das certidões correspondentes, para assegurar a organização, rastreabilidade e agilidade no fluxo de trabalho.

Demandas (1 a 30/4/2026)	Acompanha- mentos	Estudos de caso	Diligências	Total
Recebidas/ Distribuídas	169	18	38	225
Encaminha- mentos	91	0	5	96
Trâmites Totais	260	18	43	321

Análise do fluxo das demandas do período

Entre 1º e 30 de abril de 2026, foram recebidas e distribuídas 225 demandas judiciais, número inferior às 272 registradas em março, indicando redução no fluxo de entrada de casos no Setor. Mantiveram-se predominantes os acompanhamentos psicossociais, com 169 registros (75,1%), seguidos das diligências, com 38 (16,9%), e dos estudos de caso, com 18 (8,0%), preservando distribuição semelhante ao mês anterior.

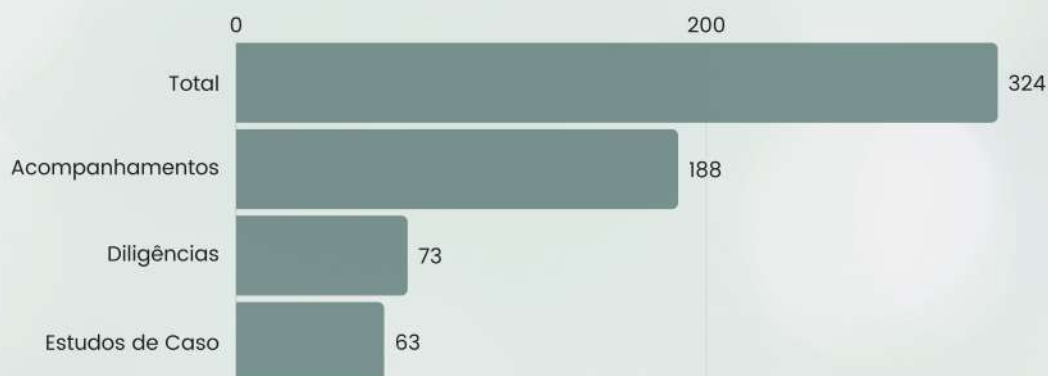
No período, foram contabilizados 96 encaminhamentos, número superior aos 85 de março, representando 29,9% dos 321 trâmites totais registrados no mês. De forma geral, abril caracterizou-se pela redução do volume global de demandas recebidas, associada ao aumento proporcional dos encaminhamentos e à manutenção da expressiva movimentação interna e da capacidade técnica operacional do Setor.

4.1 Totais Gerais

4. ANÁLISE DOS DADOS

Desempenho operacional do mês

Ações Realizadas - Abril 2026



No período 1º a 30 de abril de 2026, foram registradas 324 ações técnicas, número superior às 286 contabilizadas em março, evidenciando aumento das atividades desenvolvidas pelo Serviço Técnico Multidisciplinar em matéria de violência doméstica e familiar. Desse total, 188 ações (58,0%) corresponderam aos acompanhamentos psicossociais, mantendo-se como principal eixo de atuação do Setor, seguidas de 73 ações nas diligências técnicas (22,5%) e 63 nos estudos de caso (19,5%).

Em comparação ao mês anterior, verifica-se crescimento em todas as modalidades de atendimento, com destaque para o aumento das ações nas diligências e nos estudos de caso, demonstrando intensificação das intervenções técnicas e maior diversificação das estratégias de atuação. De forma geral, abril caracterizou-se pelo fortalecimento das atividades operacionais e pela ampliação da atuação integrada do Serviço Técnico Multidisciplinar no acompanhamento das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

5.1 Resultados



Síntese dos resultados e avanços

O mês de abril de 2026 caracterizou-se por um aumento das atividades operacionais e pelo fortalecimento das ações técnicas desenvolvidas pelo Serviço Técnico Multidisciplinar no acompanhamento das demandas relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher. Embora tenha sido observada uma redução no número de processos recebidos e distribuídos, em comparação ao mês anterior, verificou-se um aumento expressivo no total de ações realizadas, especialmente nas diligências técnicas e nos estudos de caso, evidenciando intensificação das intervenções e maior dinamismo na atuação da equipe.

Destaca-se, ainda, a manutenção de volume significativo de acompanhamentos psicossociais, que permaneceram como principal eixo de atuação do Setor, associada ao crescimento dos encaminhamentos realizados e da produção técnica decorrente das diligências. Observou-se também ampliação das interações presenciais e das visitas domiciliares e institucionais, sem prejuízo da permanência dos meios digitais como principal ferramenta de contato com as partes, demonstrando diversificação e fortalecimento das estratégias de atendimento e monitoramento dos casos.

De forma geral, abril evidenciou continuidade da capacidade operacional do Serviço Técnico Multidisciplinar, com ampliação das ações interventivas, fortalecimento da articulação com a rede de apoio e intensificação das atividades técnicas voltadas ao acompanhamento, avaliação e suporte às decisões judiciais. Os resultados do período refletem atuação integrada, qualificada e contínua no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com foco na proteção das vítimas envolvidas e na efetividade das medidas judiciais e psicossociais adotadas.



**COORDENADORIA ESTADUAL
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

CEVID-TJRR

Tribunal de Justiça de Roraima

SERVIÇO TÉCNICO dos Juizados Especializados de
MULTIDISCIPLINAR **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
e Familiar contra a Mulher

Relatório Mensal – Abril 2026

Instituição

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)

Unidade Responsável

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID)

Coordenação

Suelen Márcia Silva Alves / Juíza Coordenadora

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica (CEVID)

Elaboração

Cristina Sousa / Equipe de Apoio

Setor de Atividades de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Revisão Técnica

Aurilene Moura Mesquita / Chefe de Setor

Setor de Atividades de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Divulgação

Setor de Portais e Publicações

Secretaria de Tecnologia da Informação (STI-RR)

Local e Data de Publicação

Boa Vista-RR, 19 de maio de 2026



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
FÓRUM CRIMINAL MINISTRO EVANDRO LINS E SILVA

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

cevid@tjrr.jus.br



(95) 3194-2649



Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva
Avenida CB PM José Tabira de Alencar Macedo,
602 – Caraná – CEP 69.313-595 – Boa Vista-RR

